

Exportar ou definhar

Oswaldo Palma

ALTAS taxas de juros, protecionismo excessivo, desemprego crescente, máquinas ociosas, crise de vendas, investimentos retraídos, crédito escasso, empresas descapitalizadas, exportações em queda — essa sequência de fenômenos que caracteriza atualmente a conjuntura mundial é, em linhas gerais, a mesma que caracterizou a grande crise industrial da década de 30. A intensidade não se compara com a daquela época, mas a amplitude desses fenômenos na indústria, medida pelo número de países envolvidos, hoje é muito maior. Por isso, se os países que lideram o sistema econômico internacional não agirem logo para reverter essa tendência geral, as consequências podem vir a ser muito piores.

Desta vez a crise já afeta também, duramente, países que nunca antes conheceram uma recessão de grandes proporções na indústria. É o caso das nações em desenvolvimento, cujo crescimento industrial tem sido excepcional, mas mantido em grande parte pela crescente internacionalização de suas economias. O caso brasileiro é bem característico de países cuja prosperidade, nestes últimos 10 ou 15 anos, tem sido sustentada pelo desenvolvimento industrial e este, por sua vez, financiado, em boa medida, pelo afluxo de investimentos estrangeiros e pelo aumento constante da exportação de manufaturas.

Os países da CEE são os parceiros nossos que mais têm se destacado nesse esforço de crescimento via integração de nossas economias. Os investimentos na indústria brasileira provenientes desses países, por um lado, e por outro as nossas exportações de produtos industriais a eles destinados têm sido de suma importância para manter essa estratégia de crescimento da renda e do emprego na indústria e, por extensão, na economia em geral. Mais de 30% do capital estrangeiro atualmente investido na nossa indústria de transformação proveio dos países da CEE e também mais de 30% de nossas exportações de manufaturas destinam-se a esses países, em anos normais.

Contudo, no ano passado essas exportações pararam de crescer; ao contrário, sofreram alguma retração, assim como o afluxo de investimentos estrangeiros. Esse é um problema bastante grave, porque o que exportamos para a Comunidade Européia são produtos intensivos em mão-de-obra de tecnologia relativamente simples, nos quais nossas vantagens comparativas são por demais evidentes. Se não estamos conseguindo exportar esses produtos mais do que antes, não é por falta de competitividade. É pelo excesso de protecionismo com que esses países procuram resistir às mudanças dinâmicas que vão ocorrendo nos custos comparativos de certas indústrias, como a têxtil primeiro, depois a de calçados, do aço, de alimentos, etc.

É um problema grave também porque o excesso de protecionismo, a pretexto de proteger o emprego nacional, acaba internacionalizando também o desemprego, fortalecendo tendências nacionalistas de toda espécie e, sobretudo, comprometendo o esforço de cooperação que muito tem contribuído para integrar e desenvolver nossas economias.

As altas taxas de desemprego certamente são um problema mais grave ainda e que está à espera de solução — grave, entre outros aspectos, porque pode desencadear desordem política e social de amplas consequências, mormente nos países que não dispõem de meios para financiar a ociosidade forçada da mão-de-obra nacional. Mas, com as economias do Ocidente tão internacionalizadas como já estão, a solução só pode ser global e conjunta. Se imaginamos o conjunto das economias nacionais como se fosse uma única e imensa fábrica, com sessões de produção espalhadas pelos dois hemisférios, na qual militam todos os trabalhadores do Norte e do Sul, vivendo cada um do produto do seu trabalho, veremos que o desemprego não é outra coisa senão a manifestação de que o rendimento dessa fábrica está sendo mantido abaixo de sua capacidade de produção.

O que temos a fazer, portanto, é encontrar meios de aumentar o rendimento da grande fábrica para ocupar a atual capacidade de produção excedente — as máquinas ociosas e os trabalhadores parados. Como primeira medida é preciso um compromisso que seja realmente para valer, no sentido de começar a reduzir todas as restrições não tarifárias ao comércio, que desde o início dos anos 60 vêm cada vez mais retardando a reestruturação por que a produção industrial mundial terá necessariamente de passar.

Dêem-nos países da CEE condições de produzir e exportar para seu mercado apenas o que é necessário para alimentar e vestir os seus trabalhadores sem emprego, a preços reais bem menores que o que eles estão pagando, e em pouco tempo nós também estaremos em condições de criar empregos para eles, através da melhoria espontânea da nossa capacidade de importar, sobretudo bens e serviços de tecnologia complexa.

Pensemos um pouco mais numa saída desse tipo, enquanto é tempo, para pôr fim aos problemas comuns que estamos enfrentando. Mesmo que a curto prazo isso possa implicar em alguns sacrifícios adicionais. Se as fronteiras do comércio e do investimento se abrirem o suficiente será possível a queda dos juros a nível compatível com as necessidades de reativação de nossas economias. Se não, as nossas chances de recuperação serão muito menores, de parte a parte.

Oswaldo Palma é Secretário da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.
